

SAÚDE ■ Ministério Público recomenda que GDF recue da decisão de contratar sem concurso

Promotoria condena terceirização

MARCOS BRANDÃO

Priscila Machado

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entregou à Secretaria de Saúde termo de recomendação contra a proposta de terceirização de serviços do setor. Além disso, o MPDFT contesta a contratação de médicos anestesistas sem a realização de concurso público. O órgão entende que as medidas são inconstitucionais e caso o GDF não volte atrás poderá enfrentar ação civil pública.

A Secretaria de Saúde havia anunciado o Programa de Eficiência na Saúde. Com isso, serão contratadas empresas privadas para os serviços de tomografia, raios X, ecografia e também para a realização de exames laboratoriais. A justificativa é que a medida irá melhorar o atendimento à população. Mas o MPDFT contesta a medida, como explicou a promotora de Defesa da Saúde do MPDFT, Cátia Vergara.

— O GDF está passando para uma área privada um serviço que deve ser prestado pelo Estado, como manda a Lei Orgânica de Saúde. O secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, alega que a terceirização melhorará o serviço, mas ele não apresentou nenhuma prova técnica disso — disse a promotora.

Cátia Vergara disse que o MPDFT solicitou à Secretaria de Saúde vários documentos, que comprovem que a terceirização é a alternativa mais adequada. Porém, segundo ela, isso não ocorreu. Com a recomendação, a Secretaria de Saúde tem cinco dias para apresentar um demonstrativo contábil financeiro, que deve-



Promotores ameaçaram ingressar com ação de improbidade contra os integrantes do governo

“São conceitos básicos. Não se pode terceirizar atividades para quais existem cargos efetivos. Esse modelo não passará pelo crivo do Ministério Público do Trabalho”.

Valdir Pereira da Silva, procurador do Trabalho

rá mostrar que a terceirização dos serviços representará uma economia para o governo.

A promotora afirma que a terceirização dos serviços é uma medida paliativa, que não resolverá os problemas da saúde do DF. Segundo ela, paralelamente a terceirização, o governo teria que apresentar um projeto de revitalização dos serviços deficientes.

É contestada também a inten-

ção da Secretaria de Saúde de contratar médicos anestesistas por meio de cooperativas, sem realização de concurso público. O procurador do Trabalho Valdir Pereira da Silva disse que tentará dialogar, mas se o governo não voltar atrás, os responsáveis poderão responder por ação civil pública e até mesmo serem processados por improbidade administrativa.

— São conceitos básicos. Não

se pode terceirizar atividades para quais existem cargos efetivos. Esse modelo não passará pelo crivo do Ministério Público do Trabalho — disse o procurador.

A procuradora-geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (MPC-DF), Cláudia de Oliveira Pereira, disse que, caso exista falta de médicos anestesistas, o governo deve encaminhar projeto de lei à Câmara Legislativa, para que seja realizado concurso público.

O subsecretário de Atenção à Saúde, Milton Menezes, disse que, apesar da recomendação do MPDFT, o governo não recuará da decisão. Segundo ele, a intenção não é terceirizar os serviços, mas fazer uma complementação. Segundo ele, esse mecanismo

está de acordo com a lei e já é usado em outros Estados do país.

— Esta é uma decisão que precisa ser tomada de imediato, para benefício da população. Estamos utilizando nossa capacidade limite — disse.

Segundo o subsecretário, 20% das salas de cirurgias do DF estão fechadas e não realizam cirurgias em função da falta de médicos anestesistas. Ele afirmou que, nos últimos 18 meses, foram realizados dois concursos públicos para a função, mas as vagas não foram preenchidas.

— No primeiro concurso, 100 pessoas passaram. Destes, 47 assumiram, mas 20% já deixaram os cargos. Em julho deste ano, realizamos um segundo concurso. Dos 50 aprovados, metade ainda estava fazendo residência médica e optou por não assumir o cargo — disse.

Segundo o subsecretário, a rede pública do DF conta com 182 anestesistas, mas o número não atende a demanda, seriam necessários outros 140 médicos. Ele afirma que a medida aumentaria em 20% o número de cirurgias realizadas.

Hoje, a rede pública do DF realiza entre 50 mil e 55 mil cirurgias ao ano. Existem 14 mil pacientes na fila para serem operados.

— Com o acréscimo de anestesistas, faríamos mais 10 mil cirurgias por ano. É como se fosse um Hospital de Base de Brasília a mais — explicou.

Sobre a revitalização dos serviços, o subsecretário afirmou que os hospitais estão sendo modernizados, com a compra de novos equipamentos e qualificação de pessoal.